



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 36/2022**

Período: 01/10/2022 - 07/10/2022

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Forças Armadas nas eleições I: militares forneceram apoio logístico e também se envolveram em ações fiscalizatórias
- 2- Forças Armadas nas eleições II: TSE divulga que teste de integridade realizado por militares atestou inexistência de fraude
- 3- Forças Armadas nas eleições III: observadores internacionais atestam segurança e transparência do processo eleitoral
- 4- Flexibilização de normativas viabiliza porte de armas por atiradores esportivos
- 5- Com 23 candidatos eleitos, cresce apoio dos CACs no Poder Legislativo

### 1- Forças Armadas nas eleições I: militares forneceram apoio logístico e também se envolveram em ações fiscalizatórias

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas atuaram em duas frentes nas eleições de 02/10/2022: nas ações de “garantia de Votação e Apuração” voltadas a aspectos logísticos e de segurança; e na fiscalização da votação. Na primeira frente, foram mobilizados 34 mil militares para transportar as urnas e garantir a segurança de autoridades e eleitores em 585 municípios de 11 estados brasileiros. A *Folha* noticiou que o trabalho também envolveu a provisão de “proteção aeroespacial e cibernética”. O *Correio Braziliense* explicou que este tipo de atuação ocorre em articulação com o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, o qual se constitui por membros do “Tribunal Superior Eleitoral, polícias civis e militares, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), corpos de Bombeiro Militares, o Ministério da Defesa, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil”. Os jornais destacaram o clima tenso e a preocupação com a violência política que marcaram as eleições de 2022. No dia do primeiro turno, segundo o *Correio*, “houve 408 prisões em todo o país e 89 crimes comuns cometidos em áreas de votação — 66 deles contra candidatos”. Além disso, o *Correio* também destacou a tensão em torno da lisura do processo eleitoral, uma vez que o presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, fez diversas declarações sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e mobilizou as Forças Armadas para em torno de questionamentos que pudessem pressionar a Justiça Eleitoral. Desta forma, a respeito da segunda frente de atuação dos militares no pleito –

fiscalização – os jornais pontuaram a inédita vigilância que, segundo a *Folha*, envolveu três etapas: I) checagem inicial dos boletins que confirmam que as urnas não possuem votos, antes da votação ser aberta; II) teste de integridade das urnas, para verificar se o voto depositado é gravado corretamente; e III) registro de fotos de boletins de cerca de 400 urnas, após o encerramento da votação, para conferir se os votos que constavam não sofreriam mudanças ao chegarem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em reportagem, a *Folha* informou que apurou com auxiliares do Ministério da Defesa e com generais do Alto-comando do Exército qual seria o papel fiscalizatório das Forças Armadas, sendo esclarecido que “o objetivo da fiscalização não é contestar o resultado do pleito”. Entretanto, também admitiram que se reportariam ao TSE caso encontrassem falhas no processo. (Correio Braziliense – Política – 02/10/22; Correio Braziliense – Política – 03/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 01/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 02/10/22)

## 2- Forças Armadas nas eleições II: TSE divulga que teste de integridade realizado por militares atestou inexistência de fraude

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou no dia 06/10/2022 que a auditoria realizada por membros das Forças Armadas no processo de votação do primeiro turno das eleições, ocorrido em 02/10/2022, atestou a inexistência de fraude. Segundo o periódico, o teste de integridade mobilizou 58 seções e 2.044 eleitores e confirmou que “o voto digitado na urna coincidiu com o que ficou gravado no equipamento”. O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, declarou que não houve qualquer divergência no teste, atingindo, portanto, cem por cento de aprovação. O *Estado* pontuou que, além da auditoria das Forças Armadas, o Tribunal de Contas da União (TCU) também realizou uma apuração simultânea de votos e atestou a confiabilidade das urnas eletrônicas. Entretanto, segundo o *Estado*, o Ministério da Defesa não havia se pronunciado sobre a fiscalização, justificando que “o trabalho está em andamento”. Além de atuar no teste de integridade, os militares também promoveram uma contagem paralela de votos. A *Folha de S. Paulo*, noticiou a expectativa para a divulgação do relatório das Forças Armadas com dados sobre as diversas etapas do processo eleitoral, com destaque para a checagem de boletins de urna, principal motivo de atrito entre o Ministério da Defesa e a corte eleitoral às vésperas do pleito. Segundo a *Folha*, no dia da votação do primeiro turno, militares de 153 municípios foram às seções para tirar fotos de cerca de 400 boletins de urna que foram enviados para uma equipe de técnicos das Forças Armadas concentrada no Ministério da Defesa, em Brasília. Questionado pela imprensa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, não quis comentar a fiscalização. Segundo a reportagem, o Ministério informou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhará um relatório ao TSE em caso de divergências para que o órgão apure os dados. A *Folha* ainda afirmou que uma resolução da corte eleitoral prevê que as entidades fiscalizadoras poderão solicitar a verificação extraordinária dos sistemas eleitorais após a eleição, desde que sejam “relatados fatos e apresentados indícios e circunstâncias que a justifiquem”. O periódico afirmou que os militares foram orientados a realizar as etapas da fiscalização com trajes civis, portanto, sem fardas. A *Folha* ainda recordou que este foi o primeiro processo eleitoral

com fiscalização realizada pelas Forças Armadas, após o ministro Luís Roberto Barroso ter incluído os militares na Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e na lista de entidades fiscalizadoras. De acordo com a reportagem, o objetivo inicial do convite era reduzir as críticas do presidente Jair Bolsonaro (PL) às urnas eletrônicas, mas o efeito foi o contrário: o chefe do Executivo aumentou os ataques ao sistema eleitoral e usou os questionamentos para desacreditar a Justiça Eleitoral. Os generais ouvidos pela *Folha de S. Paulo* afirmaram que a atuação das Forças Armadas busca ajudar no aprimoramento do processo eleitoral e não promover uma ruptura institucional. O *Estado* apurou, antes do dia da votação, que generais do Alto-comando do Exército se posicionaram a favor do respeito ao resultado das urnas, o que, na avaliação do jornal, minimizaria o impacto do processo de auditoria sobre o sistema eleitoral levado a cabo por militares. Ademais, de acordo com o periódico, fontes militares informaram que o resultado da auditoria não teria como objetivo atestar ou reprovar a confiança das eleições. Segundo a *Folha*, o ministro da Defesa deveria informar ao presidente Jair Bolsonaro sobre a regularidade das urnas eleitorais, visto que não conseguiu comprovar a existência de fraude. Com isso, espera-se que o presidente abandone a pauta do voto impresso e diminua as acusações sobre possíveis fraudes no sistema eleitoral. Em discurso após a divulgação dos resultados do primeiro turno, Bolsonaro disse que só irá se pronunciar sobre as urnas após a apresentação do relatório das Forças Armadas sobre o sistema de votação. O *Estado de S. Paulo* apurou com um general que participa do grupo que elabora um relatório final sobre a fiscalização das urnas pelas Forças Armadas que tal documento “vai demorar”. (Folha de S. Paulo - 03/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 04/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 01/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 06/10/22; O Estado de S. Paulo – Política – 07/10/22)

### 3- Forças Armadas nas eleições III: observadores internacionais atestam segurança e transparência do processo eleitoral

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em razão das tentativas do presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, de contestar a confiabilidade das urnas eletrônicas e lançar críticas à Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ampliou o número de observadores internacionais no pleito de 02/10/2022. Entre os presentes, estavam representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore). Segundo a *Folha*, os relatórios dos observadores apontaram, de forma geral, que o processo eleitoral do primeiro turno foi “seguro e transparente”. O documento parcial publicado pela Transparência Eleitoral Brasil indicou que, embora o contexto tenha sido marcado por tensão, “principalmente por questionamentos das Forças Armadas às urnas”, não houve registro de inconsistência que comprometesse o sistema de votação. Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, Valdir Oliveira, superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Distrito Federal, avaliou que o convite para que as Forças Armadas participassem do processo eleitoral contribuiu para aumentar ainda mais o clima de desconfiança quanto à segurança das urnas eletrônicas. Entretanto, em sua avaliação, houve a confirmação da confiabilidade das urnas, assim como da agilidade de um

sistema que funcionou sem contestações. (Correio Braziliense – Opinião – 03/10/22; Folha de S. Paulo – Política – 05/10/22)

#### 4- Flexibilização de normativas viabiliza porte de armas por atiradores esportivos

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que uma auditoria da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o transporte de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) significa na prática o direito ao porte, em razão de uma série de regras que foram flexibilizadas. A auditoria foi realizada no Exército, órgão responsável pela concessão de registro a CACs e por emitir a chamada guia de tráfego, documento necessário para que um CAC transporte seu armamento para a prática desportiva ou de caça. Segundo o jornal, em 2015, uma nota técnica do Exército aumentou de um para três anos a validade da guia de tráfego. Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro ampliou uma portaria de 2017 e autorizou o transporte da arma pronta para o uso, alterando a norma vigente até então, que permitia apenas o transporte de armamento sem munição por CACs. Especialistas em segurança pública entendem que as medidas de flexibilização para a posse de armas colocam o Brasil cada dia mais distante do Estatuto do Desarmamento. Em declaração ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, destacou que a atual regulamentação “(...) permite que um atirador esportivo recém-cadastrado compre até 60 armas”. *O Estado* noticiou três casos recentes em que armas de CACs foram utilizadas em tiros em escola e feminicídios e procurou o Exército para comentar as ações adotadas. O Exército respondeu que: “Foram instaurados processos administrativos para o esclarecimento dos fatos e a adoção das medidas legalmente previstas na esfera de competência da Força”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/10/22; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 06/10/22)

#### 5- Com 23 candidatos eleitos, cresce apoio dos CACs no Poder Legislativo

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, 23 representantes da pauta armamentista foram eleitos no pleito de 02/10/2022. O grupo que apoia colecionadores, atiradores e caçadores, conhecidos como CACs, terá 16 deputados e sete senadores. Ao todo, foram 18,6 milhões de votos para esses candidatos, o que possibilitou a formação de uma “bancada dos CACs”. A lista de CACs eleitos baseia-se nos candidatos que receberam apoio do movimento Proarmas, maior associação armamentista nacional; sendo que o líder do movimento, Marcos Pollon (PL), foi o deputado mais votado no Mato Grosso do Sul. De acordo com o jornal, os resultados da eleição geraram euforia entre os membros do movimento. Forte apoiador da causa armamentista, Eduardo Bolsonaro disse em *live* que a nova composição do Congresso facilitará modificações no Estatuto do Desarmamento. Nota-se que junto dos CACs, as forças de segurança também obtiveram uma eleição expressiva. Segundo um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 34 policiais e militares foram eleitos para a Câmara; seis a mais que em 2018. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 05/10/22)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

### **Supervisão**

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima